

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições estatutárias e legislação em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, juntamente com o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.

Carteira de Arrendamento e Mercado Arrendador

O mercado arrendador brasileiro apresentou um volume em dezembro de 2019 de novos negócios de R\$ 733 milhões (R\$ 477 milhões em dezembro de 2018). O valor presente da carteira de arrendamento no mercado em dezembro de 2019 apresentou um saldo de R\$ 12.436 bilhões (R\$ 12.168 bilhões em dezembro de 2018), segundo informações da ABEL – Associação Brasileira das Empresas de Leasing.
A carteira de arrendamento mercantil da HP Financial Services Arrendamento Mercantil

S.A. ("Instituição") alcançou o montante em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 1.125.639 mil (R\$ 1.148.800 mil em 2018), composta por contratos vinculados à variação cambial, cuidados de depósitos interfinanceiros e taxas prefixadas, com prazos, normalmente, entre 24 e 60 meses. Alguns contratos de arrendamento mercantil dos equipamentos gráficos podem ultrapassar o prazo de 60 meses.

Fontes de Recursos

A Instituição faz suas captações de recursos diretamente do exterior, tendo como política manter o casamento de prazos e indexadores entre as operações ativas e passivas se utilizando de instrumentos financeiros derivativos, quando necessário.
A Instituição está estruturada e capitalizada acreditando no crescimento da economia brasileira.

Capital Social e Patrimônio Líquido

O Capital Social, no montante de R\$ 500.000 mil, composto de 264.508.606 ações ordiná-

rias e 1.001 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal, está totalmente subscrito e integralizado, sendo seu acionista majoritário a HPFS Funding B.V.
Através da Assembléia Geral Extraordinária de 27/08/2019 foi deliberado aumento de capital com parte da Reserva de Lucros no valor de R\$ 232.749 mil, sem emissões de novas ações, de acordo com o Art. 199 da Lei 6.404/1976.

O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 667.729 mil. (2018 – R\$ 606.296 mil).

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes pela preferência, aos senhores acionistas pela confiança e apoio e aos funcionários e colaboradores pela dedicação e comprometimento de nossos objetivos e pelos resultados alcançados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
Barueri, 24 de abril de 2020.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Notas	2019	2018		Notas	2019	2018
Circulante		113.693	90.856	Circulante		300.853	317.556
Disponibilidades	4	81.627	33.982	Obrigações por empréstimos		266.403	244.863
Operações de arrendamento mercantil	6	15.514	21.483	Empréstimos no exterior	9	266.403	244.863
Arrendamentos a receber – setor privado		576.506	586.856	Outras obrigações		34.450	72.693
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(560.992)	(565.373)	Fiscais e previdenciárias	8.a	12.762	42.402
Outros créditos	7	15.678	34.931		11.d e		
Diversos		15.678	34.931	Sociais e estatutárias	16	3.929	2.072
Outros valores e bens		874	460	Diversas	8.b	17.759	28.219
Bens não de uso próprio		874	84				
Despesas antecipadas		-	376				
Realizável a longo prazo		(1.104)	2.589	Exigível a longo prazo		265.836	307.278
Operações de arrendamento mercantil	6	(43.390)	(55.686)	Obrigações por empréstimos		195.020	241.802
Arrendamentos a receber – setor privado		763.377	813.442	Empréstimos no exterior	9	195.020	241.802
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(763.377)	(813.442)	Outras obrigações		70.816	65.476
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	6.d	(43.390)	(55.686)	Fiscais e previdenciárias	8.a	66.925	62.239
Outros créditos	7	42.286	58.275	Diversas	8.c	3.891	3.237
Diversos		42.286	58.275				
Permanente	17	1.121.829	1.137.685	Patrimônio líquido	11	667.729	606.296
Imobilizado de arrendamento		1.117.189	1.127.704	Capital social – de domiciliados no exterior		500.000	267.251
Bens arrendados		2.243.477	2.154.816	Reservas de lucros		135.737	339.045
Superveniência de depreciações		267.699	248.958				
Depreciações acumuladas		(1.393.987)	(1.276.070)				
Perdas em arrendamento		4.640	9.981				
Perdas em arrendamento a amortizar		21.479	17.181				
Amortizações acumuladas		(16.839)	(7.200)				
Total do ativo		<u>1.234.418</u>	<u>1.231.130</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.234.418</u>	<u>1.231.130</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2º semestre		Exercícios	
		2019	2019	2018	2018
Receitas da intermediação financeira		418.574	835.650	845.587	845.587
Operações de arrendamento mercantil		418.574	835.650	845.587	845.587
Despesas da intermediação financeira		(355.945)	(707.329)	(741.791)	(741.791)
Operações de empréstimos e repasses		(21.380)	(43.640)	(49.495)	(49.495)
Operações de arrendamento mercantil (Reversão)/provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	(329.720)	(671.856)	(680.460)	(680.460)
	6d	(4.845)	8.167	(11.836)	(11.836)
Resultado bruto da intermediação financeira		62.629	128.321	103.796	103.796
Outras receitas (despesas) operacionais		(22.901)	(43.343)	(44.506)	(44.506)
Outras despesas administrativas	13	(14.453)	(27.085)	(27.877)	(27.877)
Despesas tributárias		(9.660)	(18.487)	(20.327)	(20.327)
Outras receitas operacionais	14	1.577	3.347	6.182	6.182
Outras despesas operacionais	14	(365)	(1.118)	(2.484)	(2.484)
Resultado operacional		39.728	94.978	59.290	59.290
Resultado não operacional	15	3.636	7.560	7.742	7.742
Resultado antes da tributação sobre o lucro		43.364	92.538	67.032	67.032
Imposto de renda e contribuição social	19	(3.394)	(23.602)	(30.682)	(30.682)
Imposto de renda		4.922	-	(22.024)	(22.024)
Contribuição social		2.684	(2.580)	(15.434)	(15.434)
Ativo fiscal diferido		(11.000)	(21.022)	6.776	6.776
Lucro líquido dos exercícios/semestre		<u>39.970</u>	<u>68.936</u>	<u>36.350</u>	<u>36.350</u>
Lucro por ação – R\$		<u>0,01</u>	<u>0,12</u>	<u>0,14</u>	<u>0,14</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	2º semestre		Exercícios	
		2019	2019	2018	2018
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		39.970	68.936	36.350	36.350
Lucro líquido do exercício/semestre		39.970	68.936	36.350	36.350
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido proveniente de (aplicado em):		238.210	466.119	479.597	479.597
(Reversão)/Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.d	4.845	(8.166)	11.836	11.836
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo e passivo	19	10.691	20.713	(6.776)	(6.776)
Contribuição social sobre homologação parcial de processo administrativo		-	-	(3)	(3)
Provisão/(reversão) para perdas em bens não de uso próprio	15	178	339	(128)	(128)
Depreciações e amortizações (Reversão) para perdas na venda de valor residual	12	(8.164)	(9.973)	(1.483)	(1.483)
Superveniência (insuficiência) de depreciação	5 e 19.b	(5.909)	(21.266)	11.022	11.022
Variação cambial sobre empréstimos		796	424	756	756
Lucro na alienação de bens não de uso próprio	15	(3.792)	(7.874)	(7.609)	(7.609)
Lucro na alienação de imobilizado de uso e de arrendamento		(19.676)	(37.435)	(56.460)	(56.460)
Lucro líquido ajustado		278.180	535.055	515.947	515.947
Variação de ativos e obrigações		1.812	(16.159)	(26.310)	(26.310)
(Aumento)/redução em operações de arrendamento mercantil		741	5.969	(3.142)	(3.142)
(Aumento)/redução em outros créditos		42.831	19.215	(6.373)	(6.373)
(Aumento)/redução em outros valores e bens		51	376	(42)	(42)
Aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.d	(95)	(4.130)	(8.933)	(8.933)
(Redução) em outras obrigações		(41.716)	(37.589)	(7.820)	(7.820)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		279.992	518.896	489.637	489.637
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento:		3.200	6.745	378	378
Alienação de bens não de uso próprio		3.200	6.745	378	378
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento		11.006	45.861	212.906	212.906
(Aquisição) de imobilizado de uso e de arrendamento		(173.167)	(471.509)	(670.849)	(670.849)
Aplicação no diferido		(7.065)	(19.179)	(12.765)	(12.765)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(166.026)	(438.082)	(470.330)	(470.330)
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento:		80.166	47.645	23.729	23.729
(Redução)/aumento em obrigações por empréstimos		(25.876)	(25.666)	4.723	4.723
Juros sobre capital próprio		(37.638)	(37.638)	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos e/ou provisionado	11.d	29.714	28.063	(2.072)	(2.072)
Reversão de dividendos	11.d	-	2.072	1.771	1.771
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(33.800)	(33.169)	4.422	4.422
Aumento caixa e equivalentes de caixa		<u>80.166</u>	<u>47.645</u>	<u>23.729</u>	<u>23.729</u>
Modificações em caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios/semestre	4	1.461	33.982	10.253	10.253
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios/semestre	4	<u>81.627</u>	<u>81.627</u>	<u>33.982</u>	<u>33.982</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>80.166</u>	<u>47.645</u>	<u>23.729</u>	<u>23.729</u>
Composição de caixa e equivalentes de caixa					
Disponibilidades		<u>81.627</u>	<u>81.627</u>	<u>33.982</u>	<u>33.982</u>
Total		<u>81.627</u>	<u>81.627</u>	<u>33.982</u>	<u>33.982</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

dos como perda remota não requerem provisão e divulgação; e
 • As questões relacionadas às obrigações legais, fiscais e previdenciárias, onde estão sendo contestadas, através de demandas judiciais, a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, são tratadas como obrigações com efeito suspensivo. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.
 • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Bacen.
 l) **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – (impairment)**
 É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.
 Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.
 A Instituição realizou um estudo do valor recuperável de ativos, não sendo identificadas perdas por redução ao valor recuperável.
 m) **Operações de empréstimos e repasses**
 A Instituição financia suas operações de arrendamento mercantil com recursos próprios e com recursos captados diretamente de sua matriz no exterior, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9. As taxas de juros praticadas nessas operações devem corresponder às taxas equivalentes às captações realizadas no mercado interno. As operações de empréstimos são efetuadas nas moedas em que a Instituição necessite no momento de suas captações podendo ser em taxa pré-fixada ou indexadas ao Dólar, CDI ou em qualquer outra moeda ou indexador que atenda às necessidades da Instituição. Os pagamentos desses empréstimos podem ser efetuados em períodos regulares de juros e ou amortização de principal ou pagamento final pelo valor total da dívida de acordo com o fluxo pactuado em contrato.
 n) **Resultado por ação**
 O cálculo do resultado por ações é feito pela divisão do lucro pela quantidade de ações.
 o) **Partes relacionadas**
 As divulgações de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução nº 4.636 do CMN, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.
 4. **Caixa ou equivalente de caixa**
 Os saldos de caixa e equivalente de caixa são compostos por depósitos bancários, conforme abaixo apresentado

	2019	2018
Disponibilidades		
Depósitos Bancários	81.627	33.982
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>81.627</u>	<u>33.982</u>

continua na próxima página . . .

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Legal/Outras		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		267.251	16.632	286.364	570.247
Lucro líquido do exercício		-	-	36.350	36.350
Destinações:					
Reserva legal	11.b	-	1.818	(1.818)	-
Dividendos propostos	11.d	-	-	(2.072)	(2.072)
Reversão dos dividendos de exercícios anteriores	11.d	-	-	1.771	1.771
Constituição de reservas de lucros – outras	11.c	-	34.231	(34.231)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>267.251</u>	<u>18.450</u>	<u>320.595</u>	<u>606.296</u>
Aumento de capital		232.749	-	(232.749)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	68.936	68.936
Destinações:					
Reserva legal	11.b	-	3.447	(3.447)	-
Dividendos propostos	11.d	-	-	(3.929)	(3.929)
Reversão dos dividendos de exercícios anteriores	11.d	-	-	2.072	2.072
Juros sobre capital próprio		-	-	(37.638)	(37.638)
Juros sobre capital próprio provisionado		-	-	31.992	31.992
Constituição de reservas de lucros – outras	11.c	-	25.994	(25.994)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>500.000</u>	<u>21.897</u>	<u>145.832</u>	<u>667.729</u>
Saldos em 30 de junho de 2019		267.251	19.898	348.534	635.683
Aumento de capital		232.749	-	(232.749)	-
Lucro líquido do semestre		-	-	39.970	39.970
Destinações:					
Reserva legal		-	1.999	(1.999)	-
Dividendos propostos		-	-	(2.278)	(2.278)
Juros sobre capital próprio		-	-	(37.638)	(37.638)
Juros sobre capital próprio provisionado		-	-	31.992	31.992
Constituição de reservas de lucros – outras		-	-	(1.945)	(1.945)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<			

... **continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018** (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de depósitos bancários referem-se substancialmente a recursos captados e não alocados de financiamentos de operações.

5. Ajustes nas operações de arrendamento mercantil

Os registros contábeis da Instituição são mantidos conforme exigências legais. Os procedimentos adotados e sumarizados na Nota Explicativa nº 3, principalmente os itens "a" e "d", diferem das práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, principalmente por não adotarem o regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. No sentido de considerar esses efeitos, de acordo com a Circular nº 1.429 do BACEN, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando um ajuste contábil no resultado e o consequente aumento ou redução no ativo permanente (superveniência ou insuficiência de depreciação). Este ajuste gerou um crédito (superveniência) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 21.266 (R\$ 11.022 de insuficiência em 2018). Em decorrência do registro contábil desse ajuste, o lucro líquido e o patrimônio líquido estão apresentados de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, porém as rubricas de ativo e resultado de arrendamento permanecem adequadamente apresentadas.

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a opção feita pelo arrendatário, com cláusulas de atualização pós-fixada ou com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato. A garantia dos arrendamentos a receber está suportada pelos próprios bens arrendados.

6. Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esse valor, em atendimento às normas do BACEN, é apresentado em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	2019		
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	110.288	1.229.595	1.339.883
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(109.829)	(1.214.540)	(1.324.369)
Imobilizado de arrendamento (Nota 17)	313.493	1.979.453	2.292.946
Depreciações acumuladas (Nota 17)	(197.064)	(1.196.923)	(1.393.987)
Superveniência de depreciação (Nota 17)	-	267.699	267.699
Provisão para perdas de bens arrendados (Nota 17)	(49.469)	-	(49.469)
Perdas em arrendamentos a amortizar (Nota 17)	-	4.640	4.640
Cretores por antecipação do valor residual (Nota 8.c)	-	(11.704)	(11.704)
Valor presente	<u>67.419</u>	<u>1.058.220</u>	<u>1.125.639</u>

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Arrendamento Financeiro

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, com base no valor presente dos contratos, os níveis de risco da carteira estavam assim compostos:

Nível de risco	Curso Normal	Vencidas	Total dacarteira	Percentual de provisão	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	18.644	-	18.644	-	-	10.205	-
A	56.336	164	56.500	0,5	282	102.085	510
B	684.432	174	684.606	1	6.846	561.278	5.613
C	234.703	2.166	236.869	3	7.106	307.156	9.215
D	35.293	900	36.193	10	3.619	24.582	2.458
E	2.443	72	2.515	30	755	11.975	3.593
F	2.092	139	2.231	50	1.116	1.309	654
G	189	-	189	70	133	5.382	3.767
H	18.588	1.885	20.473	100	20.473	21.167	21.167
Total	<u>1.052.720</u>	<u>5.500</u>	<u>1.058.220</u>		<u>40.330</u>	<u>1.045.139</u>	<u>46.977</u>

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Exercícios	
	2019	2018
Saldo inicial (leasing financeiro)	46.977	59.943
Complemento da provisão	(2.540)	9.033
Baixas contra a provisão	(4.107)	(21.999)
Saldo final (leasing financeiro)	<u>40.330</u>	<u>46.977</u>
Saldo inicial (leasing operacional)	8.709	6.392
Complemento da provisão	(5.627)	2.803
Baixa contra a provisão	(22)	(486)
Saldo final (leasing operacional)	<u>3.060</u>	<u>8.709</u>
Saldo final	<u>43.390</u>	<u>55.686</u>

e) Concentração por clientes – Arrendamento Financeiro

	2019		2018	
	R\$	% – Sobre Total	R\$	% – Sobre Total
Principal Devedor	111.489	10,6	141.561	13,5
20 devedores seguintes	385.964	36,4	373.326	35,7
30 devedores seguintes	149.400	14,1	174.685	16,7
50 devedores seguintes	129.940	12,3	130.094	12,5
Demais devedores	281.427	26,6	225.473	21,6
Total	<u>1.058.220</u>	<u>100,0</u>	<u>1.045.139</u>	<u>100,0</u>

a) Créditos tributários

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Créditos tributários de imposto de renda				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (a)	14.861	-	(2.494)	12.367
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (a)	20.977	-	(7.723)	13.254
Imposto de renda sobre BNDU	9	85	-	94
Base negativa de imposto de renda	-	1.016	-	1.016
Subtotal	<u>35.847</u>	<u>1.101</u>	<u>(10.217)</u>	<u>26.731</u>
Créditos tributários de contribuição social				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (a)	9.359	-	(1.938)	7.421
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (a)	12.974	-	(5.022)	7.952
Contribuição social sobre BNDU	7	49	-	56
Subtotal	<u>22.340</u>	<u>49</u>	<u>(6.960)</u>	<u>15.429</u>
Total	<u>58.187</u>	<u>1.150</u>	<u>(17.177)</u>	<u>42.160</u>

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2018
Créditos tributários de imposto de renda				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (a)	15.231	-	(370)	14.861
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (a)	19.900	1.077	-	20.977
Imposto de renda sobre BNDU	41	-	(32)	9
Subtotal	<u>35.172</u>	<u>1.077</u>	<u>(402)</u>	<u>35.847</u>
Créditos tributários de contribuição social				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (a)	10.943	-	(1.584)	9.359
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (a)	13.034	-	(60)	12.974
Contribuição social sobre BNDU	33	-	(26)	7
Subtotal	<u>24.010</u>	<u>-</u>	<u>(1.670)</u>	<u>22.340</u>
Total	<u>59.182</u>	<u>1.077</u>	<u>(2.072)</u>	<u>58.187</u>

(a) O Crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os contratos de arrendamento financeiro é composto basicamente pela provisão existente de R\$ 43.390 (2018 – R\$ 55.686), acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430.

Com base no atual nível de capitalização e operações da Instituição, e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico, e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários, registrados em 31 de dezembro de 2019, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Créditos tributários de imposto de renda							
Prejuízo fiscal	1.016	-	-	-	-	-	1.016
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	5.031	5.974	1.338	24	-	-	12.367
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	3.102	3.928	3.222	2.304	597	102	13.255
BNDU	94	-	-	-	-	-	94
Total	<u>9.243</u>	<u>9.902</u>	<u>4.560</u>	<u>2.328</u>	<u>597</u>	<u>102</u>	<u>26.732</u>
Valor presente	<u>8.417</u>	<u>8.213</u>	<u>3.445</u>	<u>1.602</u>	<u>374</u>	<u>58</u>	<u>22.109</u>
Créditos tributários de contribuição social							
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	3.018	3.585	803	14	-	-	7.420
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	1.860	2.357	1.933	1.382	358	62	7.952
BNDU	56	-	-	-	-	-	56
Total	<u>4.934</u>	<u>5.942</u>	<u>2.736</u>	<u>1.396</u>	<u>358</u>	<u>62</u>	<u>15.428</u>
Valor presente	<u>4.493</u>	<u>4.929</u>	<u>2.067</u>	<u>961</u>	<u>224</u>	<u>35</u>	<u>12.709</u>

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 9,6462% ao ano, referente ao custo médio de captação da Instituição.

8. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Provisão para imposto de renda	-	22.024
Provisão para contribuição social	2.580	15.434
Imposto de renda retido na fonte a recolher	5.666	37
PIS e COFINS	568	816
Imposto sobre serviços a recolher	3.948	4.091
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 8b)	<u>66.925</u>	<u>62.239</u>
Total	<u>79.687</u>	<u>104.641</u>
Parcela de curto prazo	12.762	42.402
Parcela de longo prazo	<u>66.925</u>	<u>62.239</u>

b) Provisão para imposto de renda diferido

As obrigações fiscais diferidas foram constituídas sobre o total de superveniência de depreciação apurado pela Instituição.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a provisão para impostos diferidos apresentou a seguinte movimentação:

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação (Nota 19 a)	62.239	4.686	-	66.925
Total	<u>62.239</u>	<u>4.686</u>	<u>-</u>	<u>66.925</u>
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Reversão	Saldo em 30/12/2018
Imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação (Nota 19.a)	70.013	-	(7.774)	62.239
Total	<u>70.013</u>	<u>-</u>	<u>(7.774)</u>	<u>62.239</u>

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização com base na fluência dos prazos da carteira de arrendamento mercantil. Com base no atual nível de capitalização e operações da Instituição, e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico, e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que as obrigações fiscais diferidas, registradas em 31 de dezembro de 2019, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Imposto de renda diferido	18.854	21.798	15.018	4.411	2.005	153	62.239
superveniência de depreciação	<u>18.854</u>	<u>21.798</u>	<u>15.018</u>	<u>4.411</u>	<u>2.005</u>	<u>153</u>	<u>62.239</u>
Valor presente	<u>17.169</u>	<u>18.080</u>	<u>11.346</u>	<u>3.035</u>	<u>1.256</u>	<u>87</u>	<u>50.973</u>

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada do imposto de renda diferido em cada ano, foi adotada a taxa média de 9,6462% ao ano, referente ao custo médio de captação da Instituição.

2018

	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	174.200	1.226.098	1.400.298
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(170.975)	(1.207.841)	(1.378.816)
Imobilizado de arrendamento (Nota 17)	392.351	1.821.908	2.214.259
Depreciações acumuladas (Nota 17)	(232.473)	(1.043.597)	(1.276.070)
Superveniência de depreciação (Nota 17)	-	248.958	248.958
Provisão para perdas de bens arrendados (Nota 17)	(59.442)	-	(59.442)
Perdas em arrendamentos a amortizar (Nota 17)	-	9.981	9.981
Cretores por antecipação do valor residual (Nota 8.c)	-	(10.368)	(10.368)
Valor presente	<u>103.661</u>	<u>1.045.139</u>	<u>1.148.800</u>

Abaixo se encontram apresentadas algumas informações baseadas no valor presente dos contratos de arrendamento financeiro:

a) Diversificação por vencimento – Arrendamento Financeiro

	2019	2018
Vencidos		
A partir de 15 dias	5.528	7.609
A vencer		
Até 3 meses	95.899	133.831
De 3 a 12 meses	155.602	316.873
De 1 a 3 anos	510.971	458.855
De 3 a 5 anos	257.950	110.147
Acima de 5 anos	32.270	17.824
	1.052.692	1.037.530
Total	<u>1.058.220</u>	<u>1.045.139</u>

b) Diversificação por segmento de mercado – Arrendamento Financeiro

	2019		2018	
	R\$	% – Sobre total	R\$	% – Sobre Total
Setor Público Federal				
Indústria	59.707	5,6	18.740	1,8
Setor Privado				
Rural	3.371	0,3	3.677	0,4
Indústria	143.834	13,6	135.368	13,0
Comércio	67.723	6,4	98.353	9,4
Instituição financeira	62.126	5,9	53.736	5,1
Outros serviços	712.595	67,3	735.245	70,3
Habitação	8.864	0,9	20	-
Total	<u>1.058.220</u>	<u>100,0</u>	<u>1.045.139</u>	<u>100,0</u>

f) Movimentação da provisão para perdas de bens arrendados

	Exercícios	
	2019	2018
Saldo inicial	59.442	60.926
Constituições (Nota 12)	2.467	9.332
(Reversões) (Nota 12)	(12.440)	(10.816)
Saldo final (Nota 17)	<u>49.469</u>	<u>59.442</u>

O valor da provisão corresponde a 100% dos valores residuais dos contratos de arrendamento operacional e está contabilizado na rubrica "Despesas da intermediação financeira".

7. Outros créditos – diversos

	2019	2018
Créditos tributários (Nota 7a)	42.160	58.187
Imposto de renda a compensar	15.376	32.069
Devedores diversos – país	340	2.862
Outros devedores	88	88
Total	<u>57.964</u>	<u>93.206</u>
Parcela de curto prazo	15.678	34.931
Parcela de longo prazo	<u>42.286</u>	<u>58.275</u>

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

19. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo do imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
(Reversão) do crédito tributário diferido sobre provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (Nota 7a)	(4.432)	(1.954)
Reversão/constituição do crédito tributário diferido sobre provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (Nota 7a)	(12.745)	1.017
Constituição (realização) do crédito tributário diferido sobre BNDU (Nota 7a)	134	(58)
Constituição do imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação (Nota 8b)	(4.686)	7.774
Base negativa de imposto de renda	1.016	-
Ajuste referente cálculo de transfer pricing	(307)	-
Reversão de Imposto de Renda provisionado a maior em anos anteriores	(2)	(3)
Total ativo fiscal diferido	(21.022)	6.776
Apuração do imposto de renda – corrente (Nota 19.b)	-	(22.024)
Apuração da contribuição social – corrente (Nota 19.b)	(2.580)	(15.434)
	<u>(23.602)</u>	<u>(30.682)</u>

b) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro	92.538	92.538
Adições (exclusões)		
Permanentes	1.124	1.124
Despesas/provisões dedutíveis e outras	1.124	1.124
	(97.727)	(76.462)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Arrendamento financeiro	(8.167)	(8.167)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa -Arrendamento operacional	(9.973)	(9.973)
Superveniência/insuficiência de depreciação	(21.265)	-
Provisão para perdas em BNDU	338	338
Reversão de perdas em arrendamento	(20.800)	(20.800)
Juros sobre capital próprio	(37.638)	(37.638)
Outras adições/exclusões	(222)	(222)
Base de cálculo antes da compensação do prejuízo fiscal	(4.065)	17.200
Base de cálculo após compensações	(4.065)	17.200
Encargos às alíquotas de 25% imposto de renda e 15% contribuição social – (Nota 3 item “I”/nota 19a)	-	(2.580)
	<u>67.032</u>	<u>67.032</u>

20. Cobertura de seguros (não auditado)

O seguro dos bens arrendados está incluso no custo do imobilizado de arrendamento, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

21. Limites operacionais (Acordo de Basileia)

De acordo com a Resolução nº 2.844/1998 do CMN alterada pela Resolução 4.379/2014 do CMN o limite individual de risco por cliente ou grupo econômico é de 25% do patrimônio líquido ajustado.

A Instituição realizou operações com um mesmo cliente cujo montante da dívida ultrapassou o limite permitido. No sentido de regularizar a situação, a Instituição vinculou parte dos empréstimos que mantém junto à sua matriz no exterior, Hewlett Packard Company, equivalente ao valor do excesso de limite apresentado, conforme previsto na Resolução nº 2.921/04 do CMN, mantendo, dessa forma, seu enquadramento de acordo com os limites operacionais estabelecidos pelo BACEN.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Instituição está enquadrada nos demais limites

de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

O BACEN, através da Resolução nº 4.193 de 1º de março de 2013 e alterações posteriores, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2019 é de 45,50 % (42,30% em 2018):

	2019	2018
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	91.423	101.565
Risco operacional (RWA _{OPAD})	25.728	21.863
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	460	191
Patrimônio de Referência Exigido	117.611	123.619
Parcela do Rban	2.236	1.843
Adicional de capital principal (ACP)	36.753	26.874
Patrimônio de Referência (PR)	668.858	606.293
Excesso de patrimônio em relação ao limite	512.528	453.957

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Thomas Gerard Adams
Presidente

Susy Aparecida dos Santos
Membro

Martin Alberto Hornos
Membro

DIRETORIA

Ismael Paes Gervásio
Diretor

Alberto Hiroshi Okawa
Diretor

CONTADOR

Ismael Paes Gervásio
CRC 1SP 130.437/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.
Barueri-SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (nota explicativa nº.5). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

22. Gerenciamento de riscos

De acordo com a Resolução 4553 do CMN, a Instituição está enquadrada no segmento S4.

a) Risco de mercado

A Instituição participa de operações ativas – arrendamentos a receber, aplicações financeiras e operações passivas – captações no mercado interno e externo junto à Matriz, bem como operações com derivativos financeiros, se aplicável, com o objetivo de atender às necessidades próprias, no sentido de administrar exposições. O gerenciamento e o acompanhamento desses riscos são efetuados pela área financeira da Instituição através de políticas e estratégias de operação para posições assumidas, consoante as diretrizes estabelecidas pela Administração.

b) Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez tem como objetivo estabelecer níveis eficientes de recursos líquidos mantidos pelo Grupo com o objetivo de atender suas obrigações com clientes, parceiros e fornecedores, além de permitir que a instituição continue expandindo suas atividades com a estratégia da Administração.

As demonstrações financeiras apresentam valor circulante negativo (2019 – R\$ 185.015 e 2018 – R\$ 227.699 devido ao critério de contabilização das operações de arrendamento mercantil que seguem as determinações do COSIF onde grande parte dos recebíveis de contratos de arrendamento mercantil encontram-se registradas no Ativo Permanente. (Circular 1429 de 20/01/1989).

Adicionalmente, como as captações de recursos são contratadas junto à matriz no exterior, existe o compromisso de realizar novas operações de empréstimos ou rolagem de dívidas das operações existentes sempre que houver necessidade de recursos.

c) Risco de crédito

A gestão de risco de crédito busca oferecer subsídios a definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análises de exposições e tendências, bem como eficácia da política de crédito.

d) Risco operacional

O CMN, através da Resolução nº 4.557 de 23/02/2017, determinou a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição. Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A Instituição implementou a estrutura de risco operacional, a qual está subordinada à sua diretoria e tem como objetivo avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, bem como identificá-los e acompanhá-los tomando as devidas providências para que sejam eliminados ou monitorados pelos gestores de risco operacional.

23. Eventos subsequentes:

A instituição identificou impactos relevantes em função do Coronavírus, dentre os mais relevantes se destacam, o aumento dos custos de captação e a redução de novos contratos no primeiro semestre de 2020.

São Paulo, 24 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Gilberto Bizerra De Souza
Contador
CRC – RJ076328/O-2